



Exame de Direito Romano – Turma B

ÉPOCA DE RECURSO – Exame de coincidência

16 de Abril de 2021

Responda, fundamentadamente, a quatro (4) dos seguintes temas:

1. Os *mores maiorum* como fonte de direito romano da Monarquia ao Dominado.

R. Definição de *mores maiorum* enquanto fonte de direito; papel da *interpretatio sacerdotalis* e, posteriormente, o seu uso pela *iurisprudentia*; relevância dos *mores maiorum* para a aplicação do *ius civile* e do *ius honorarium*; *mores maiorum, lex e consuetudo*. A importância dos *mores maiorum* no controlo legislativo das propostas de lei – a *auctoritas patrum*.

2. A relevância do Tribuno da Plebe na transformação política da República.

R. Razões para a criação do Tribuno da Plebe, enquanto magistrado romano. Características e funções.

3. Relacione as diferentes formas de exercício do poder político em Roma com as alterações no processo legislativo.

R. Conceito de *lex* – contexto jurídico-político da primeira *lex*; o problema do *ius Papirianum*; a problemática de uma teoria da lei no Direito Romano; evolução da *lex* como fonte do Direito Romano. O poder legislativo nas várias épocas políticas – os órgãos políticos; assembleias do *Populus* – *comitia* e *concilia plebis*; *lex rogata* e *plebiscitum*. O Senado – caracterização política; evolução dos poderes legislativos do Senado – a *auctoritas patrum*; *lex Publilia Philonis*. As magistraturas – intervenção no processo legislativo; os poderes legislativos do *princeps* – evolução e justificação jurídico-política; a *lex curiata de imperio* no Principado e a investidura divina do imperador no Dominado. O *ius vetum* e *ius novum*.

4. Caracterize a atividade do pretor no processo do *agere per formulas*.

R. Referir a função jurídica do pretor. Explicar em que consiste a *Lex Aebutia de Formulis* de 130 a.C. e quais as suas consequências na transição de um processo

baseado nas *leges actiones* para um baseado no *agere per formulas*. Identificar e caracterizar os diversos tipos de expedientes de *imperium* e de *iurisdictio*.

5. Refira a relevância da Lei das Citações para a evolução da *iurisprudentia*.
R. Referir a autoria, contexto jurídico-político, datação e conteúdo da Lei das Citações. Identificação dos juristas mencionados na Lei das Citações e critérios de utilização e ponderação das opiniões dos juristas citados em juízo. O valor jurídico da *iurisprudentia* no quadro das fontes do direito romano. A influência da Lei das citações para a sedimentação de um sistema de jurisprudentes entendidos como funcionários do Imperador.

6. O processo de codificação do *Ius Romanum* e a redução do direito à *lex*.
R. Caracterização do processo de codificação em Roma. As codificações privadas e as codificações oficiais. O Código de Justiniano. O Direito como Justiça. O Direito como lei. A justiça em razão da equidade e em razão da positivação jurídica. A intervenção dos *iurisprudentes* na interpretação e aplicação do Direito: a evolução da República à Lei das Citações.

Duração: 90 minutos

Cotações: 5 valores cada questão